

Minas pedirá para rolar toda dívida

Belo Horizonte — “Temo estar descrevendo a situação de todos os Estados”, disse o Secretário de Planejamento, Ronaldo Costa Couto, ao revelar que o Governo de Minas pedirá ao Banco Central e à Seplan autorização para rolar os 30% restantes da sua dívida interna deste ano, de Cr\$ 230 bilhões. Essa seria uma das medidas que o Estado precisa para cobrir o déficit orçamentário de Cr\$ 632 bilhões e manter inalterado o quadro de 440 mil funcionários, explicou.

— Caso contrário, não saberemos como enfrentar outubro — salientou Costa Couto, referindo-se ao mês em que o Estado deverá aplicar outro reajuste semestral nos salários do funcionalismo. Ele disse que por si só as medidas para elevar em Cr\$ 132 bilhões a receita tributária, a redução de gastos de pessoal e custeio nas autarquias, em Cr\$ 55 bilhões, e o giro de 100% da dívida externa deste ano, de 132 milhões de dólares, são insuficientes para cobrir o déficit, restando ainda a descoberto cerca de Cr\$ 180 bilhões.

Mais Cr\$ 80 bilhões

Mesmo que o BC e a Seplan concordem em que o Governo de Minas role 100% dos compromissos internos (já existe autorização para girar 70%) o déficit orçamentário não estará superado. Quando o orçamento foi elaborado, em outubro, o déficit era de Cr\$ 580 bilhões, sendo amenizado com a aprovação da emenda Passos Porto (alteração da alíquota do ICM), que gerou uma receita tributária de Cr\$ 84 bilhões. Mas esse

efeito positivo foi anulado com o aumento do funcionalismo, conseguido após uma greve de 15 dias dos professores e funcionários dos Estados.

Costa Couto revelou que Governador Tancredo Neves, ao assumir o cargo, foi informado pela administração anterior que o quadro do Estado era de 280 mil funcionários, “quando na verdade são uns 400 mil”.

— O Governador está deixando por conta do titular de cada órgão as decisões de como aumentar as receitas e reduzir as despesas — observou o Secretário de Planejamento, ao sair da reunião do Governador com os diretores das autarquias e empresas de economia mista do Estado. Disse que, atualmente, a folha de pagamento do Estado — administração direta e indireta — é de Cr\$ 90 bilhões por mês. “O Governador não está determinando nenhuma demissão”, disse.

Com as novas medidas, a previsão da receita com ICM — Imposto sobre Circulação de Mercadorias, este ano, passa de Cr\$ 995 bilhões para Cr\$ 1 trilhão 320 bilhões. “Isso será possível por causa da aceleração inflacionária, uma vez que programamos o orçamento bem abaixo da previsão do Governo Federal, de 150%, o que não se verificará mais”, explicou Costa Couto, salientando que, mesmo assim, a arrecadação apresentará um crescimento apenas nominal em relação a 1983, que foi de Cr\$ 448 bilhões, queda real de 17% em relação a 1982.

O orçamento do Estado, que havia

sido programado para Cr\$ 1 trilhão 947 bilhões, passará, agora, para mais de Cr\$ 2 trilhões. A parte consolidada — administração direta e indireta — pulou de Cr\$ 3 trilhões 400 bilhões para Cr\$ 3 trilhões 500 bilhões.

Investimentos

Com relação aos investimentos, de Cr\$ 834 bilhões, Costa Couto disse que eles serão mantidos, com os recursos próprios da administração indireta e com financiamentos, “porque o Tesouro não dispõe de mais nada”. Entre esses programas, citou o que foi lançado semana passada pelo Governador Tancredo Neves, o “Cemig Rural”, de 341 milhões de dólares, sendo 117 milhões 600 mil financiados pelo Banco Mundial, 54 milhões pela Cemig e 50% pelos futuros consumidores rurais. Há ainda o Minas-Luz, de 375 milhões de dólares, já na segunda etapa, com uma contrapartida de 125 milhões da Cemig e Prefeituras, 118 milhões da Eletrobrás e 132 milhões do BID.

— Não podemos nos esquecer do problema social, pois o setor público tem que criar empregos — disse o Secretário de Planejamento, que estimou existirem em Belo Horizonte mais de 100 mil desempregados, e que o Governo estadual não poderia pensar em demissões, como uma solução para crise financeira. “Mas a verdade é que o Estado gasta muito e paga pouco”, observou, ao concordar que a “máquina administrativa está inchada” e que o número de cheques é bem superior ao efetivo.